



COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: <https://coloquio.gulbenkian.pt>

[Recensão crítica a 'A Cura', de Pedro Eiras]

Luís Quintais

Para citar este documento / To cite this document:

Luís Quintais, "[Recensão crítica a 'A Cura', de Pedro Eiras]", *Colóquio/Letras*, n.º 185, Jan. 2014, p. 238-242.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

alusões, paráfrases e vocabulário indicial disperso, numa teia de escrita-leitura que se tornaria pesada e, até, de excessivo alarde, não fora o pontilhismo grafista em que a autora desde cedo guia o leitor, ao comentar o sobrolho de Joaquim que sangra para o chão, e origina uma «abstracção estética que se forma em redor dos seus pés» como «na arte do inconsciente à Pollock» (p. 45). De certa forma, o intertexto ajuda este texto a existir: as leituras de Ana Margarida de Carvalho uniram-se ao seu gosto e dom da escrita para os fecundar, o que é raro acontecer em jovens escritores e, em particular, dos que aspiram a revelar-se. Camões, Sophia, Régio, Hitchcock, John Ford, Gedeão (por vezes, como em relação a este, nem são citados, é o texto deles que interfere naturalmente no romance, como na p. 221: «nada pula nem avança»), etc. — a lista seria longa. O que significa que o intertexto é integrado com um grau de conhecimento, e capacidade para a sua assimilação, singulares em autora que começa. (Admirámo-lo recentemente em *Domínio Público*, do veterano Paulo Castilho).

As duzentas e poucas páginas de *Que Importa a Fúria do Mar* condensam significações literárias de multiplicidade rica e coerente, mas aberta. Sublinharei apenas ainda a função axial do embraiador semântico que é o mar, tema e cenário, neste romance da fúria dos homens (vingativa e horrenda) e da criação (dos narradores-personagens, da sua vivência). Da fúria do mar do Tarrafal conhecemos, além do episódio do esquarteramento da baleia, a sua aliás doçura de areias louras e coqueiros de *resort*, que faz sobressair a crueldade do seu uso salazarista; mas da fúria do mar em geral sabemos logo, através de Eugénia-criança, a sua experiência de temor ante as vagas embravecidas nas noites de Vila Praia de Âncora, liminares, pois é ela o ponto de vista central, na nar-

ração e na entrevista. O mar permanece na leitura como um determinante que se transcende, mas nunca esquece — ao contrário dos rios do mundo a certa altura evocados, do Douro ao Mississipi, que fazem História e traçam vias para o quotidiano. E isso importa, pois a autora não põe ponto de interrogação no título, deixa o leitor decidir.

Porque se, de princípio (para o miúdo míope, símbolo de muitos de nós), é penoso atingir as letras e decifrá-las, concretizar a mensagem que elas podem conter, o acontecer possível de que qualquer romance é o traçado explicita-se aqui na expressão inicial do amor escrito (o maço de cartas) que prossegue em sofrimento, tortura, dilação e ausência, percorrido pela obsessão do encontro (na tal paridade observável a espaços no texto), até que Joaquim encontra de facto Luísa. Mas o mar que os afastou gora os intentos da *anagnórisis* feliz (parodiando os finais da novela camiliana!), tornando-a em lastimável anulação do par, e permitindo ao ex-prisioneiro (ao invés da baleia esquarterada) descobrir a importância também revivificante da experiência lustral, já que, para ele, «de repente, tudo parecia fazer sentido»: e «desceu a ladeira a correr, sentiu o vento fresco na cara. Talvez fosse ver o mar».

Maria Alzira Seixo

[A Autora segue a antiga ortografia.]

Pedro Eiras

A CURA

Vila do Conde, Quidnovi / 2013

A Cura é um romance sobre a verdade, ou melhor, sobre o confronto agonístico e vertiginoso com a verdade, e, exemplarmente, é um romance sobre o «conflito

das interpretações», como diria Paul Ricoeur¹, ou, de outro modo ainda, sobre o labirinto das interpretações. No seu centro permanece ancorada a clara e densa matéria de confronto e incerteza que toda a procura de verdade virá a instaurar.

Pedro Eiras parte assim de uma *incomensurabilidade*, talvez radical, entre dois jogos de linguagem: aquele que a psicanálise, uma das grandes aventuras intelectuais e morais da modernidade, circunscreve; e aquele que, na sua contingência e historicidade, procede de qualquer coisa que, em meu entender, nasce de uma disposição prévia, ou, de forma a evitar nativismos fáceis, de uma disposição que excede, só pode exceder, os estritos limites do projecto iluminista que preconizou uma maturidade sem falhas. Falo do lugar da religião e da experiência religiosa.

Antes do mais, cumpre-me dizer que o livro de Pedro Eiras é, para lá das implicações filosóficas que lhe podemos reconhecer, uma ficção notável, construída de acordo com uma noção muito clara e muito densa (densidade e clareza serão dois dos seus atributos fundamentais) dos seus mecanismos: uma trama muito bem urdida, com o sentido pleno do efeito de surpresa, da sedução e condução do leitor, alia-se a uma notável capacidade de construção de personagens, dotadas de assinalável complexidade reflexiva, ou não fosse *A Cura* um livro que parece revelar a riqueza literária que a psicanálise detém desde Freud, quanto mais não fosse pelo grau de reflexividade que atribui às suas histórias e aos seus processos de construção analítica, que podem e devem ser estudados com proveito por qualquer escritor de ficção. Pedro Eiras revela um entendimento tácito deste transporte, ao desenvolver um trabalho de construção psicológica das personagens cujos contornos e tropos são uma extensão das preocupações temáticas evidenciadas por si ao longo do livro.

Por antecipação, gostaria também de dizer que não irei reportar-me em nenhum momento da presente recensão deste belíssimo livro à sua trama. Isto porque uma parte significativa da eficácia de *A Cura* se prende com o seu argumento e com o efeito de surpresa desencadeado no leitor à medida que vai percorrendo as suas páginas. O livro é literalmente *unputdownable*, para usar uma expressão inglesa que não tem equivalente em português. Para lá das inúmeras virtudes de recorte ensaístico que detectamos em *A Cura* (o que não surpreende; estamos perante um dos nossos mais destacados ensaístas de língua portuguesa, e não uso esta expressão de ânimo leve), há aqui uma noção de divertimento que está quase sempre arredada da ficção de língua portuguesa recente e antiga, e que torna Pedro Eiras um escritor que terá por genealogia profunda autores como Stevenson, Edgar Allan Poe e Conan Doyle, que, como sabemos, não têm nem tiveram grandes seguidores por cá.

Bastar-me-á dizer que se trata de uma narrativa que tem por eixo três personagens: um psicanalista, a mulher deste, e uma influente figura que se faz analisar pelo primeiro. De alguma forma, esta trilogia de personagens detém ecos óbvios nas célebres tópicas freudianas: *consciente*, *pré-consciente*, *inconsciente* e *Super-ego*, *Ego* e *Id*. A sofisticação psicológica das personagens não permite, porém, implicá-las de modo óbvio e unidimensional nos processos que se subentendem na tópica. Dir-se-ia, aliás, que todas elas são atravessadas pelas correntes e tensões que as tópicas poderão convocar ou explicitar. Seja como for, a personagem principal, o psicanalista, é o eixo em que se jogam de forma mais decisiva tais correntes e tensões, tais emergências e precipitados só aparentemente absorvidos pelo inteligível de uma ciência da alma, de uma ciência da verdade, como

foi, afinal, a psicanálise para o mundo moderno ou para largos sectores desse mundo que obstinadamente procurou aceder a uma maturidade secular sem falhas. O psicanalista é aqui o narrador e, em modo testemunhal, começa a sua aproximação ao leitor através de uma *summa* psicanalítica, uma sintética e brilhante incursão tratadística pautada não apenas por um conjunto de temas e recorrências que irão fazer mover a narrativa, mas que lhe anteciparão o princípio de verdade e incerteza que a psicanálise enquanto exercício hermenêutico evidencia:

Para um psicanalista que passou a vida a guardar os segredos dos outros é difícil começar a escrever este testemunho. Gostaria de jurar, como num tribunal, que direi a verdade, toda a verdade, nada senão a verdade. Pelo contrário, farei desvios e omissões. Na minha vida profissional estou habituado a encontrar meias-verdades e meias-mentiras, não porque os pacientes queiram iludir-me, mas porque estão iludidos e eles próprios não o sabem. Então, levo-os a encontrar a verdade que ignoram. Mas que eu mesmo escreva agora, omitindo quanto posso, enche-me de uma angústia mortal.

Vale a pena escrever nestas condições? Só se escreve nestas condições; e a minha experiência diz-me também que a interpretação é infinita: pode-se sempre desdobrar mais uma vez o sentido de um sonho, cada símbolo se revela noutra símbolo, somos poços de trevas. Mas como não escreveria? Como desistir de contar o mais estranho de todos os casos clínicos? Sento-me, abro o caderno, afio o lápis, tenho muito tempo à minha frente, encho-me de coragem e começo. (p. 7-8)

Princípio de verdade e de incerteza, disse. *A Cura* declara-o, aliás, quando hesita entre hipóteses de título: *Uma sátira*

ou *Algumas improváveis consequências do juramento de Hipócrates* ou *Breve história da psicanálise* ou *Por que razão tudo o que escrevo se transforma logo noutra coisa diferente?* ou *A Cura*. É neste ou que podemos antecipar a disjunção de verdades que o livro de Pedro Eiras reúne. No «poço de trevas» que cada um é, só por ironia se poderá afirmar a evidência da verdade. Essa evidência de algo que está soterrado, e que merece exumação, é evidentemente o espaço da psicanálise, tal como o foi o espaço da confissão. O livro parece, aliás, querer mostrar-nos, através de uma constante revisitação do tema da irreduzibilidade que se faz inscrever entre ciência e religião, como a experiência religiosa e a experiência psicanalíticas procedem do mesmo espaço, o espaço da *confissão*, esse espaço dramático e intersubjectivo onde se projectam todos os significados e onde todos os significados se afirmam também contingentes, deslocados, de improvável captura. Não nos podemos esquecer também que a hipótese dramática não é de todo uma surpresa em *A Cura*. Pedro Eiras é, para lá de ensaísta, um exímio escritor de teatro. A verdade, e a sua improvável e rizomática figuração, é uma função do espaço eminentemente dramaturgico que é o espaço da confissão. A interpretação só poderá ser um jogo mercurial de espelhos e de máscaras, de transferências e de contratransferências. E a estabilidade do sentido uma zona de compromisso que, em última análise, nos lança no não-sentido ou no inumano. A conversão — e esse é sem dúvida o tólos de *A Cura*, como poderá ser apreciado por quem se deixar conduzir pela leitura deste livro — é o resultado de um movimento para o inumano da religião.

A verdade psicanalítica procede de um exercício que faz supor um confronto sem rodeios e sem evasivas com uma história pessoal que se quer, por mecanismos vá-

rios que Freud procurou esclarecer (em que avultam os mecanismos de *repressão*), esquecer. O que Freud e a psicanálise nos procuraram mostrar não foi tanto a importância da memória na constituição da história individual (e por extensão, na constituição da história colectiva), mas a importância do esquecimento. Assim, aquilo que nos *cria* não é tanto o que lembramos, quanto o que esquecemos ou o que nos afadigámos exemplarmente em fazer esquecer². Voltar ao que esquecemos por recusa intransigente (e inconsciente) é o lugar, por excelência, desse território da confissão que se instala no encontro *dramático* entre o terapeuta e o paciente. *A Cura*, pois.

A psicanálise opera, atribuindo-lhe valências renovadas, no antigo espaço da confissão, um espaço abandonado por uma secularização imparável, talvez irremediável. Só a crueldade da confissão, com todas as implicações morais, poderá conduzir-nos à verdade de nós mesmos e dos outros. Uma parte dos capítulos de *A Cura* é a afirmação recorrente deste drama: verdade e confissão, enlace de subjectividades, um psicanalista e um analisado. Será importante dizer que este jogo encerra os perigos da transferência e da contra-transferência. Pedro Eiras parece ter uma consciência perfeita desses perigos. A sua concepção dramática do mundo vem aí à tona. Porque da intersubjectividade se passa à incomensurabilidade entre mundos, ao atrito e à impossibilidade de resolução da aporia. A aporia entre a psicanálise e a religião, representada aqui por psicanalista e psicanalisado, e que retoma uma das preocupações fundamentais de Freud. Aquilo que descrevo como a incomensurabilidade entre psicanálise e religião. Como se sabe, Freud entendia o Deus monoteísta como uma ilusão fundada na necessidade infantil de um pai sobrenatural. Se a religião permitira controlar a natureza vio-

lenta da espécie em estados anteriores da civilização, é legítimo afirmar que a modernidade poderia e deveria afastar a religião em nome da razão. Para Freud há uma similitude fundamental entre a fé religiosa e a obsessão neurótica. Em *Totem e Tabu* (1913), Freud propõe-nos que a sociedade e a religião começaram com o parricídio e com a devoração de uma figura paterna original que acabaria por se transformar numa memória colectiva reverenciada. Em *A Civilização e os Seus Descontentamentos* (1930), Freud cita uma carta de um amigo (que sabemos ser Romain Rolland) em que este descreve a experiência religiosa como uma «sensação oceânica»³, dizendo-nos, em comentário, que essa experiência lhe é de todo alheia. Por seu turno, em *Moisés e o Monoteísmo* (1937), Freud propõe-nos que Moisés foi o *pater familias* tribal assassinado pelos judeus, que, num processo psicológico reactivo ou defensivo, fizeram erguer a sua concepção monoteísta do mundo. A civilização seria um modo de lidar com uma culpa original, numa espécie de tradução colectiva de pulsões individuais básicas e estruturantes da experiência humana. Nesse sentido, a religião seria, para esse grande moderno que foi Freud, uma mistificação e um vestígio de processos muito antigos que teriam por motivo a recursividade e a modulação entre a agressividade individual (a sua natureza profunda) e o colectivo civilizacional. A psicanálise não nos permitiria *curar*, para usar essa palavra carregada de incerteza e de ironia, mas aprender a lidar talvez com as inevitáveis pulsões (*drive*, na belíssima palavra inglesa que lhe cabe) de vida e de morte.

O que nós temos aqui é uma teoria sobre o mundo que pretende libertar-nos (ainda que este processo de libertação seja sempre incumprido) de todas as ilusões que nos toldam a consciência e a acção. Uma lucidez extrema suportada

afinal numa concepção igualmente messiânica do conhecimento. Freud seria, em grande medida, o novo messias.

Poder-se-ia dizer também que o conhecimento que a psicanálise pretende trazer é de índole revelatória, apocalíptica. É, se quisermos, o confronto com a verdade revelada. A ironia profunda estará não tanto no espaço da confissão (a procura da verdade, a impiedosa verdade verbalizada), que o psicanalista na sua posição sacerdotal vem ocupar, e que é seguramente um dos grandes eixos em torno do qual o livro de Pedro Eiras se constrói, mas antes na tonalidade apocalíptica do discurso psicanalítico, no seu carácter revelatório.

A maturidade iluminista exige o confronto com a verdade revelada. Toda a lucidez depende de uma estratégia de rigorosa e infatigável perseguição e desmontagem do absurdo. E o grande absurdo é a religião. A dado momento do livro de Pedro Eiras, a relação entre psicanalista e psicanalisado toca nesse tópico fundamental: «Talvez o absurdo mereça a nossa crença. Os autores da Igreja dizem: *credo quia absurdum*, acredito porque é absurdo, ou melhor: acredito no absurdo» (p. 186). O absurdo coloca-nos, afinal, numa posição desconfortável, isto porque, e Freud reconhece-o, não é possível eliminá-lo, ou não fosse a análise (isto é, a interpretação) um processo sempre inacabado, uma permanente luta com uma verdade insidiosa e sempre latente.

O absurdo é o precipitado de forças que, em última análise, são incontrolláveis e que radicam nesse objecto estranho — assustador, desregrado, sombrio, sublime — que é o inconsciente. O inconsciente vem qualificar o cepticismo de Freud. Para ele, não é possível destituí-lo. O jocoso e perigoso inconsciente tem caprichos, e esses caprichos são, no limite, inabordáveis, infranqueáveis. A razão será, afinal, sempre vencida pelas forças destrutivas que o in-

consciente faz desdobrar. Assim, porque não aceitar o inconsciente e as suas derivas, ou, cingindo-nos ao que encontramos em Pedro Eiras, «[p]orque não aceitar o insondável?» De outra forma ainda, porque não aceitar os desígnios obscuros que a religião reclama?

Porque é a resposta do Édipo assustado pelo pai, a pensar que mais vale não desafiá-lo a autoridade. O pai diz ao filho: não discutas, faz o que eu te digo. E a Igreja diz aos crentes: não discutas o dogma, obedece. É a eterna menoridade intelectual! [...]

Eu compreendo a razão nos argumentos do Sr. Doutor, mas a razão não é tudo. Aliás, o que está em causa nestas sessões é o que excede os limites da simples razão. (p. 201)

A falsa, talvez ridícula, serenidade de um converso será a melhor resposta: «Descobria agora a fenda no muro da realidade, e era viciante [...] Mesmo a pior razão para ajoelhar era mais leve do que estar abandonado no mundo» (p. 208). Entre o sublime e a comédia, a incomensurabilidade encontrará a seu tempo uma superação cruel que é também uma hipótese de resolução literária.

Luis Quintais

NOTAS

[O Autor segue a antiga ortografia.]

- ¹ Paul Ricœur, *Le Conflit des interprétations: essais d'herméneutique I*, Paris, Éditions du Seuil, 1969.
- ² Ver, por exemplo, Ian Hacking, *Rewriting the Soul. Multiple Personality and the Sciences of Memory*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1995.
- ³ Sigmund Freud, *Civilization and its Discontents* [1930], trad. James Stratchey, Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 1962, p. 12.